



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**MARCO**

## PROJETO DE LEI Nº 008, DE 21 DE JUNHO DE 2024.

**EMENTA:** Fixa os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais de Marco/CE para o quadriênio 2025/2028, e dá outras providências.

A **MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO/CE**, no uso de suas atribuições legais etc., faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO/CE** aprovou e o **PREFEITO MUNICIPAL** sancionou a seguinte LEI:

**Art. 1º** - Os subsídios mensais do Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Marco, para o quadriênio 2025/2028, ficam estabelecidos nos termos desta Lei.

**Art. 2º** - O subsídio do Prefeito Municipal, a ser pago mensalmente, em parcela única, tendo como base o disposto nos artigos 29, inciso V, 37, inciso XI e 39, §§ 3º e 4º, todos da Constituição Federal, fica fixado no valor de **R\$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais)**, representando a mesma importância paga no quadriênio 2021/2024.

**Art. 3º** - O subsídio do Vice-Prefeito Municipal, a ser pago mensalmente, em parcela única, tendo como base o disposto nos artigos 29, inciso V, 37, inciso XI e 39, §§ 3º e 4º, todos da Constituição Federal, fica fixado no valor de **R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais)**, representando a mesma importância paga no quadriênio 2021/2024.

**Art. 4º** - O subsídio do Secretário Municipal, a ser pago mensalmente, em parcela única, tendo como base o disposto nos artigos 29, inciso V, 37, inciso XI e 39, §§ 3º e 4º da Constituição Federal, fica fixado no valor de **R\$ 9.400,00 (nove mil e quatrocentos reais)**.

**Art. 5º** - Os subsídios dos agentes políticos de que trata esta Lei, nos termos do art. 39, § 4º da Constituição Federal, não gozam de adicionais relativos à verba de representação, gratificação natalina, abonos de férias ou outras parcelas remuneratórias.

**Art. 6º** - O substituto legal que, na forma da lei, assumir a chefia do Poder Executivo, durante os impedimentos ou ausências do Prefeito Municipal, fará jus ao recebimento do valor do subsídio mensal do Prefeito, previsto no artigo 2º desta Lei, proporcionalmente ao período de substituição por mês ou fração.

**Art. 7º** - O substituto legal que, na forma da lei, assumir a Secretaria Municipal, durante os impedimentos ou ausências do titular, fará jus ao recebimento do



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**MARCO**

valor do subsídio mensal do Secretário Municipal, proporcionalmente ao período de substituição, por mês ou fração.

**Art. 8º** - As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelos créditos orçamentários e respectivas dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual do Município de Marco.

**Art. 9º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir de 1º/01/2025, revogadas as disposições em contrário.

**Sala das Sessões da Câmara Municipal de Marco/CE, 21 de junho de 2024.**

**JOÃO BATISTA VIANA  
PRESIDENTE**

**SOCORRO OSTERNO NEVES  
VICE-PRESIDENTE**

**ANTÔNIO GILDÁZIO SAMPAIO MENEZES  
1º SECRETÁRIO**

**FRANCISCO ROBÉRIO VASCONCELOS  
2º SECRETÁRIO**

COMPROMISSO EM ATUAÇÃO!



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**MARCO**

## Justificativa

**Excelentíssimos Vereadores,  
Excelentíssimas Vereadoras,**

Segue o incluso Projeto de Lei que reajusta os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, atualizando os mesmos em face da ausência de correção no curso do último quadriênio, até a presente data.

Inicialmente insta salientar que não aumento nos subsídios do prefeito e do vice-prefeito, permanecendo fixados nos mesmos patamares do quadriênio 2021/2024.

Deste modo, a proposição atende ao disposto nos artigos 29, inciso V, 37, inciso XI e 39, §§ 3º e 4º, todos da Constituição Federal, inclusive no que tange aos limites dos subsídios, que além de respeitados, representam valores muito abaixo do teto permitido.

Ademais, para iniciar o processo legislativo, a Câmara Municipal instigou o Poder Executivo quanto ao percentual de gasto com pessoal, sendo informado oficialmente que o Município encontra-se abaixo do limite prudencial, indicando que os efeitos financeiros da proposição não colocarão o ente público em rota de colisão com a LRF.

Diante da razoabilidade da proposta, ora requeremos a aprovação do incluso Projeto de Lei.

**Sala das Sessões da Câmara Municipal de Marco/CE, 21 de junho de 2024.**

**JOÃO BATISTA VIANA  
PRESIDENTE**

**SOCORRO OSTERNO NEVES  
VICE-PRESIDENTE**

**ANTÔNIO GILDÁZIO SAMPAIO MENEZES  
1º SECRETÁRIO**

**FRANCISCO ROBÉRIO VASCONCELOS  
2º SECRETÁRIO**